



# Preservar património digital através de redes de cooperação multidomínio

**Encontro Arquivos Científicos** 2014-07-04 – Lisboa, FCSH-UNL – IHC-FCSH & ACT-FCT

Ana Rodrigues, Francisco Barbedo, Lucília Runa, Mário Sant'Ana (DGLAB)

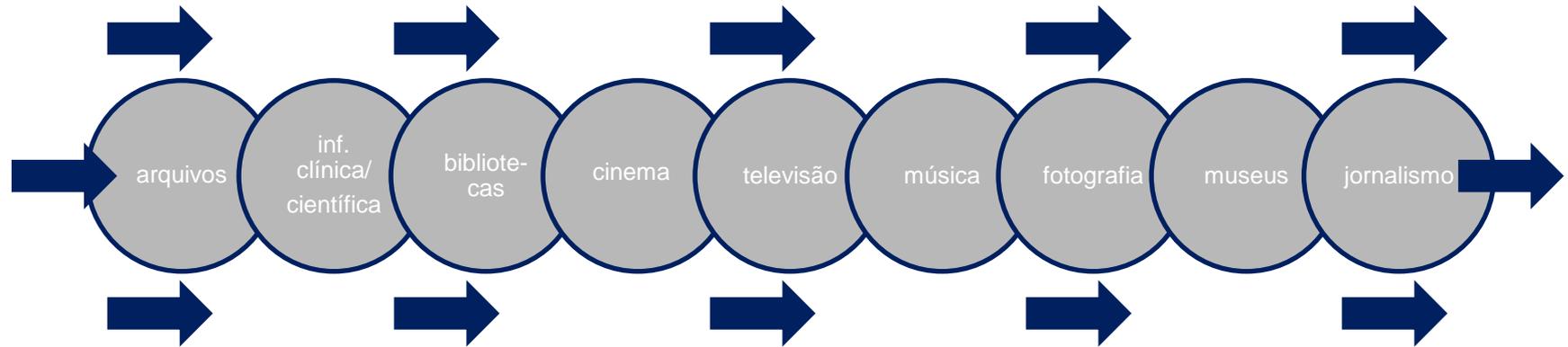
# Continuidade Digital: o projeto

1. iniciativa da Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB)
2. sequência do 1.º Seminário para preservação comum do património digital (DGLAB, setembro, 2013)
3. objetivo:
  - congregar diferentes comunidades de prática (CdP)
  - estudar viabilidade de uma rede de preservação comum de património digital



# ponto de partida do projeto

transversalidade:



assente nas características do património digital:

- **objetos físicos** (ficheiros) ► veiculam **informação digital**
- atributos comuns que podem ser preservados coletivamente

# metodologia do projeto

- parte da base (bottom-up)  
construção progressiva de uma base de conhecimento da realidade e das necessidades de cada CdP representada
  
- resultado final dependerá da 1.<sup>a</sup> fase de recolha e análise de informação

# metodologia do projeto

- determinar convergências e divergências entre as diferentes CdP
- partindo de uma linha de base de aceitação comum, aumentar o nível de variáveis e requisitos até uma linha em que se verifique divergência (não percepção de vantagem adicional)
- linha final, ou seja, o limite máximo de convergência a que os atores do GT chegarem, será o domínio de implementação (fase 2)

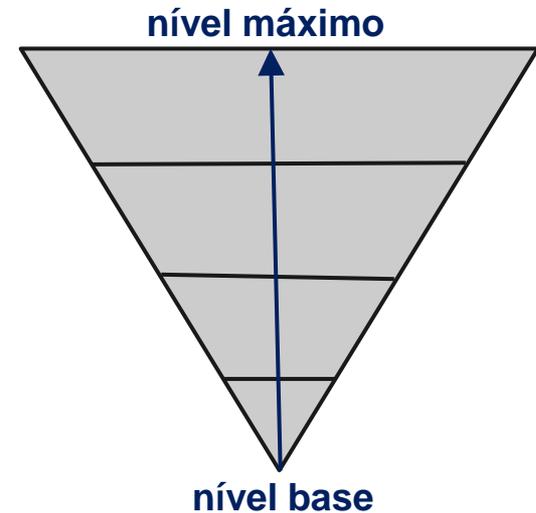


# metodologia do projeto

pode haver mais que uma linha “final” ►

► vários níveis/intensidades de participação na rede

- ações de formação + partilha de conhecimento + storage + etc.
- ações de formação + partilha de conhecimento + storage
- ações de formação + partilha de conhecimento
- apenas ações de formação
- vontade de preservar património digital



# plano de ação do projeto

## duas fases:

a primeira divide-se em 3 etapas:

- 1/ recolher e analisar informação sobre as diferentes CdP e domínios culturais
- 2/ definir uma arquitetura comum de informação
- 3/ definir modelo de governação da rede, incluindo sustentabilidade

► a concluir em fevereiro de 2015

a segunda contemplará:

- 4/ concretização da arquitetura e informação da rede
- 5/ definição das formas de financiamento da construção da rede

► depende inteiramente do que for definido na primeira fase ► processo aberto

# tarefas do projeto

Metodologicamente: 7 passos que compreendem as tarefas enquadradas nas etapas referidas:

passo 1 - ambiente regulador

passo 2 - identificação de património(s): autenticidade e avaliação

passo 3 - acesso e usabilidade

passo 4 - ambiente físico

passo 5 - ambiente lógico (software)

passo 6 - recolha de dados

passo 7 - arquitetura concetual e lógica e modelo de rede

incluindo modelo de governação e sustentabilidade



# quem participa no projeto?

Todos os interessados podem participar, mas não da mesma forma:

1. GT do projeto ▶ núcleo representativo de diferentes domínios culturais
    - ▶ entidades públicas e privadas
    - ▶ informação sobre a sua prática corrente nos respetivos domínios
    - ▶ acesso limitado, por forma a manter-se gerível
- arquivos
  - informação clínica/científica
  - bibliotecas
  - cinema
  - televisão
  - música
  - fotografia
  - museus
  - jornalismo
  - multimedia e entretenimento



# quem participa no projeto?

## 2. todas as pessoas interessadas

- plataforma de trabalho baseada na drive do Google ► todos podem aderir e consultar todos os documentos publicados

pedidos de adesão ► dirigir e-mail para [dsiae@dglab.gov.pt](mailto:dsiae@dglab.gov.pt)

- sítio web do projeto “Continuidade digital” ► todos podem consultar:
  - caracterização, objetivos, plano, documentos produzidos, eventos realizados, equipa, etc.

<http://1seminariopreservacaopatrimonioidigital.dglab.gov.pt/projeto-continuidade-digital/>

# para que serve o projeto?

maior parte das instituições não tem capacidade para suportar os custos inerentes à preservação do património digital

constituição de uma rede permite:

- partilha de recursos e conhecimento
  - sinergia - vantagem competitiva para aquisição de ferramentas (armazenamento, repositórios digital, comunicação)
  - mesmo sem optar por soluções completas - disponibilização e partilha de conhecimento
  - conhecer problemas experimentos e soluções adotadas por cada CdP
  - identificar necessidades de formação e formas de responder a estas necessidades

o custo implicado na preservação digital repartido por todos será certamente menor

# Resultados obtidos até agora...

# resultados

## passo 1:

levantamento e análise comparativa de:

- legislação
- terminologias
- normas de representação
- formatos reportados pelos membros do GT

utilizados pelas diferentes CdP

# resultados

## legislação:

- geral a todas as CdP ► direitos de autor e direitos conexos, depósito legal
- multidomínios ► atividade jornalística  
(Imprensa, Rádio, Televisão)
- alguns textos legislativos preconizam obrigatoriedade de conservar OD

## terminologias:

2 classes de estruturas vocabulares

- orientadas à atividade
- orientadas à representação da atividade ► **aspetos comuns às diferentes CdP**

# resultados

## normas de representação:

- existem normas partilhadas por diferentes CdP
- maior parte centrada num só domínio cultural
- maior parte contempla informação sobre o contexto de produção
- várias recorrem à representação multinível
- 2 tipos: **categoriais** (maioria) e combinatórias
- objetivo comum
- experiências práticas de descrição “cruzada” permitiram descrever objetos de um domínio patrimonial com uma norma aplicada noutra domínio

# resultados

**formatos** (reportados pelos membros do GT):

- total de 58 formatos utilizados
- nenhum formato é comum a todas as CdP
- categoria com maior n.<sup>o</sup> de formatos
  - ▶ imagens em movimento
- categoria com menor n.<sup>o</sup> de formatos
  - ▶ datasets

# resultados

## Passo 2

inquéritos no âmbito do GT ► aspetos a esclarecer:

### levantamento de critérios de avaliação utilizados

- que objetos incluir no universo patrimonial?
- os critérios variam entre domínios patrimoniais?
- variam dentro do mesmo domínio patrimonial?

### identificação de requisitos de autenticidade

- são admissíveis alterações aos OD?
- se sim, quais?
- em que condições?



comentários ou questões?